

LAVOURAS, AMBIENTES E MIGRAÇÕES NO NORDESTE DE MINAS GERAIS

Eduardo Magalhães Ribeiro*

RIOS

O alto rio Jequitinhonha, em Minas Gerais, foi ocupado por pioneiros, mineradores e lavradores, a partir do século XVIII. No entanto, desde meados do século seguinte, a expansão demográfica forçou um uso crescente dos recursos naturais e acabou obrigando parte da população a iniciar um processo migratório, que continua, ainda intenso, nos finais do século XX.

Nos cem anos corridos entre 1850 e 1950 a saída mais frequente para esses excedentes populacionais de lavradores-mineradores foi a chamada "matta" do Mucuri e baixo Jequitinhonha, a extensa Mata Atlântica, situada a leste. Acontece que o meio e os recursos naturais da antiga mata diferiam radicalmente das chapadas e capões dos cerrados do alto Jequitinhonha, e foi assim, então, que as famílias e os filhos migrados tiveram de inventar nova agricultura, novos regimes de domínio da terra e extração natural.

Este trabalho¹ procura descrever brevemente o que foi esse processo migratório e adaptativo. O estudo usa como principais fontes de informação os relatos de viajantes, memórias escritas e lembranças dos pioneiros e dos não-migrantes. Mostra que a ocupação sistemática da terra e a história do destino da população do Jequitinhonha e Mucuri podem ser parcialmente interpretadas a partir dos sistemas de lavouras e dos ambientes, pois eles influenciaram grandemente nos regimes de trabalho, uso, herança e apropriação fundiária.

A VIAGEM PARA A MATA

A ocupação sistemática da terra no alto Jequitinhonha começou no Século XVIII, na corrida do ouro e diamantes que abriu uma longa frente de povoamento no sentido da cabeceira para a barra do rio Araçuaí, uma trilha guiada por "descobertos" e cursos de rios. Até meados do século XIX, na área abaixo da foz do Araçuaí e além das chapadas que repartiam seu vale com o Mucuri, pelo leste, sul e norte, tudo era Mata Atlântica - a mata, como se dizia - que ia praticamente do Rio de Janeiro a Salvador, na Bahia, beliscada do interior pelo garimpo e bordejada no litoral por vilas pesqueiras.

O alto Jequitinhonha é região de cerrados com três formações naturais sucessivas, mas diferenciadas entre si: campos, carrascos e capões. A fertilidade maior é localizada nos capões - pequenos bosques encontrados em grotas, geralmente próximos às nascentes d'água - que representam em torno de um quinto da área total desses terrenos. Bastava uma ligeira derrubada das árvores num trecho dos capões para produzir alimentos com muita fartura; depois de três ou quatro anos de plantio seguido, aquela roça era posta em pousio, "descansava" por vinte ou mais anos, até recuperar fertilidade com a adubação natural proporcionada pela própria decomposição da mata. No início do povoamento, portanto, a natureza abastecia os pioneiros com opulência, e este sistema produziu abundância durante todo o século

XVIII (Ferri, 1973).

Mas os capões eram escassos. Crescendo a população, os lavradores foram obrigados a encurtar o período de "descanso" da terra, para quinze, dez anos. Esse encurtamento implicou em redução de produção; a terra menos "descansada" é menos produtiva. E, significava também aumento do trabalho nas lavouras, pois com menos descanso havia maior proliferação de plantas invasoras (Wolf, 1976; Boserup, 1987). Ao fim de três gerações explorando uma terra de produção declinante, com demanda crescente de trabalho, não houve outra solução a não ser a migração constante dos moradores excedentes.

Logo no começo do século XIX aparecem nas crônicas de viajantes as queixas quanto aos maus resultados das lavouras. Como as terras de campo na chapada não serviam para plantio, e os capões, que eram raros, foram usufruídos pelas primeiras levas de moradores que se apropriaram de sua fertilidade, já se falava em "enfraquecimento" da terra nos anos 1810. Nessa época os viajantes alemães Spix e Martius encontraram em Minas Novas um agricultor que lhes dera abrigo e contava da sua pobreza: derrubava a mata, usava a terra, "descansava-a" por 12 anos, derrubava a capoeira, plantava por três anos seguidos e sentia, ano a ano, a queda da produção (Spix e Martius, 1938; Saint-Hilaire, 1975).

A escassez de alimentos começou a empurrar a população para a aventura da mata, que possuía, ainda, dois outros atra-

tivos: pedrarias e índios. Foi nesse ponto, então, que as lavouras e suas técnicas se repartiram. Alguns lavradores, moradores daqueles cerrados do alto Jequitinhonha, saíram; outros ficaram. Mas as condições de exploração da terra para cada um dos grupos, migrados ou não-migrados, foi completamente diferente. Os que saíram instituíram um emprego abusivo do meio, com uso provisório da terra e mobilidade espacial. Os que ficaram, pelo contrário, combinaram domínio permanente da terra com uso regulado dos recursos naturais e sistemática expulsão dos excedentes populacionais. Por isso as técnicas, as relações internas da família, as condições de apropriação e uso da terra vieram a ser completamente diferentes para migrados e não-migrados (Ribeiro, 1996; Timmers, 1969).

LAVOURAS DE CAPÕES

A roça de mantimentos nos capões do alto Jequitinhonha exigia saber e demandava, também, muito de terra; uma família ocupava áreas grandes, e inclusive por isso, a maior parte dos herdeiros não podia ficar nela.

Se a família plantasse um hectare de lavoura, mantendo doze anos na média de "descanso", precisaria de, no mínimo, doze hectares para lavouras nos capões; como eles representam apenas um quinto das terras, a família demandaria pelo menos 60 hectares, entre capões, carrascos e campos. Mas ela não precisava apenas de terra específica para uma lavoura, mas terras - mesmo que miúdas e em pequenas amostras - para a profusão de cultivos que uma mesma família fazia simultaneamente: a derrubada nova do milho e abóboras, a roça de segundo ano para feijões e milho, a terra já no fim do seu uso útil para mandioca, a área permanente do canavial. E, todas elas, exceto cana e talvez mandioca, um pouco menos, eram renovadas a cada ano, envelheciam, precisavam ser refeitas (Renault, 1903).

Então, apesar das roças de toco parecem mínimas, com menos de um hectare, não era apenas aquele tratozinho de terra que sustentava a família. A cada roça recém-aberta correspondia outra em fim

de uso; nesta, a lavoura, mais nobre e exigente - os feijões, milho, abóbora e carurus - já havia sido substituída pela mandioca, a quem tocava sempre as terras em fase de abandono, repartida fraternalmente entre os homens e os tatus. E aí era preciso contar também as imensas áreas para extração: caça, pesca, coleta de frutos, mel, madeira, lenha, remédios, embiras, essa profusão de bens que as famílias retiravam do mato quase sem serviço, permitindo uma dependência mínima de bens de fora, ou de bens de comércio (Pereira, 1969; Saint-Hilaire, 1975).

Foi o zelo pelos recursos naturais e o desenvolvimento de técnicas que permitiram a sobrevivência e a reprodução da população que permaneceu, mesmo que ao custo da expulsão de excedentes e da peregrina viagem para o trabalho sazonal. As saídas - de filhos excedentes, de parentes, dos que se deserjavam, dos que não mais seriam vistos - foram a parte triste desta história. Mas ela teve uma contraparte: o fabuloso patrimônio técnico e os acordos com a natureza criados pela população que permaneceu no alto Jequitinhonha.

Na medida que os recursos naturais minguavam, foram sendo objeto de escrupuloso cuidado e delicado estudo. Os agricultores dos capões sistematizaram o conhecimento do meio, regularam a vida pelo que o ambiente fornecia, transformaram escassez em normas de convívio respeitadas pelas comunidades, ajustaram suas lavouras aos tempos naturais, aprenderam o quê, como, quando e quanto aquelas terras extenuadas podiam produzir. Também normatizaram o uso dos bosques ralos dos capões, dos carrascos e do que se podia tirar das grotas mais esconsas; passaram a natureza por um crivo rigoroso e descobriram como extrair, regular e constantemente, aquele pouco que a natureza mais avara do cerrado podia oferecer. Foi por isso que as zonas camponesas do alto Jequitinhonha conheceram plantas e matos, conseguiram viver com falta de chuva, sazonalidade do trabalho agrícola, com a tristeza das saídas definitivas e a angústia das saídas temporárias. Este foi o preço da herança da terra.

É dentro dessas circunstâncias ambientais e históricas que podemos situar as técnicas de lavouras de mantimentos do alto Jequitinhonha. Elas variam de acordo

com o cultivo feito, pois cada mantimento carece de uma terra onde melhor se adapta: terras de feijões e de cana, terras de mandioca ou de arroz; cada qual exige conhecimento e manejo específico. Cada lavoura demandava - embora o mais correto seja dizer: demanda, porque é sistema vivo - roçada e fogo diferentes.

Esses lavradores do alto Jequitinhonha transformaram seu conhecimento de terra, semente, plantio e fogo numa técnica. Fogo, por exemplo, é um conhecimento. Nunca se põe qualquer fogo numa roça e sim o fogo que ela precisa, que pode ser de muitos e variados tipos: fogo de roça e fogo de pasto, fogo de capoeira e fogo de mata, fogo de limpa e fogo de adubação, fogo para feijão e fogo para mandiocal, fogo da seca e fogo de Santana, cada qual com suas serventias. A intensidade e duração são determinadas pelo modo como o lavrador derruba a madeira, pelo tipo de madeira existente - capão, capoeira ou carrasco -, pelo encoivramento, pelo instrumento - foice ou machado -, estação e horário que é posto o fogo. A combinação de todas as variáveis ajusta terra e planta para formar esse produto cultural que é a roça. Examinada com o cuidado e respeito que merece se vê que ela não é ignorância; é um conhecimento, uma técnica, um produto do meio: uma arte.

O plantio de feijão, por exemplo, exige um tempo curto para secagem dos troncos derrubados, pois na ramagem ainda meio verde o fogo é rápido: deixa menor quantidade e mais fraca cinza - a "decoada" -; fica o feijão mais sadio, pois ele não tolera decoadas fortes. Cana e pastagens, pelo contrário, pedem um fogo mais profundo, demorado, liquidador, definitivo, porque a cinza forte que ele produz beneficia a planta em vez de prejudicá-la, e também porque deixa completamente limpa a terra, que então não precisa de tratos por muito tempo e reduz, portanto, os serviços nos cultivos perenes².

Nesta zona de recursos naturais ralos e desiguais a terra não careceu de apropriação contínua, pois a serventia mais imediata, sua utilidade para humanos, estava somente nos capões e parte dos carrascos, áreas úteis para lavoura. Estas foram privatizadas. Já os campos propriamente ditos serviam para criação de animais e

pouca extração; foram, portanto, áreas de apropriação coletiva e livre, eram submetidos a um código de domínio diferente, um controle mais diluído, complemento territorial pouco mais que formal para o domínio pleno que se exigia dos capões e carrascos.

Foi por isso que a agregação de moradores às famílias que dominavam terras nos lugares que lá ela chegou a surgir -

esteve quase sempre associada a obrigações: escassas "homenagens", "condições" e parcerias agrícolas foram modos de extrair renda numa fartura rala, justamente por ser pouca a terra farturosa.

AS LAVOURAS DAS MATAS

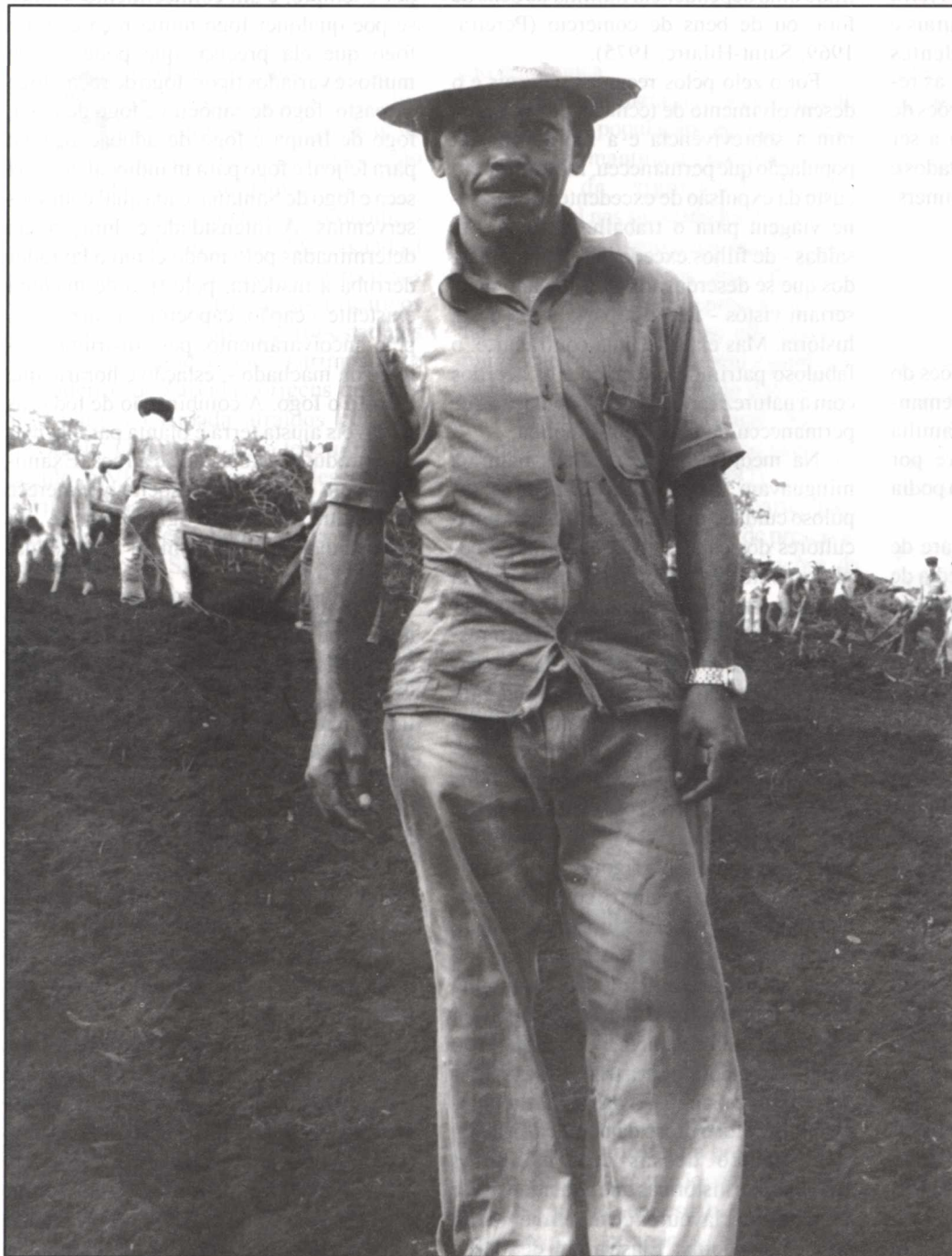
Nas matas a situação foi completamen-

te outra. Os migrantes recém-chegados encontravam uma facilidade relativa muito maior de alimentação, extração e sustento. A lavoura na mata exigiu dos homens atitudes diferentes daquelas que eles criaram nos capões, tanto do ponto de vista da apropriação, quanto das técnicas, cultura e subordinação. Embora o uso da mata tivesse algumas normas, na maioria criadas pelos índios, ele nunca chegou a possuir sistematicidade e regramento como nas chapadas e capões. Na mata, em geral, ocorreu um emprego menos curioso e inventivo dos recursos naturais, mais destrutivo; no meio mais generoso aplicou-se um menor entendimento³.

As lavouras da mata começavam com a derrubada. Quase sempre - segundo descrições de viajantes e lembranças - este não era um serviço custoso: gastava só o "traço" do machado nas árvores maiores que, presas por lianas, levavam as outras no tombo. Naquele trecho deixava-se a madeira secar, depois queimava-se; fogo mais ligeiro em madeira pouco seca; fogo demorado, se mais tempo ficou secando, ou se foi desgalhada para uma queima mais completa. Então plantava-se entre os tocos das árvores queimadas, por três, quatro ou cinco anos, dependendo da terra e da planta. Nos primeiros anos praticamente não existiam ervas concorrentes. Era, então, uma lavoura que demandava pouco trabalho. Depois de usada, a terra era posta também em "descanso", por anos, e a rebrota da mata era a chamada capoeira, que segundo Euclides de Cunha significava "mata extinta" em tupi (Paternostro, 1937; Pereira, 1969; Castaldi, 1957; Tetteroo, 1922; Cunha, 1967).

A diferença técnica entre florestas e capoeiras não era apenas densidade das árvores. Florestas exigiam menos "traço" de machado, consumiam menos serviço na manutenção de uma lavoura menos "invadida", eram ge-

Foto: Arquivo CEM



ralmente mais férteis que as capoeiras. Mas nem tudo era vantajoso: as terras novas de mata limitavam muitas culturas e no primeiro, ou primeiros anos de plantio, sua fertilidade natural ou a força da sua "decoada" prejudicavam plantas: "o legume viçava demais mas não produzia"⁴. Desse modo, os lavradores preferiam em muitos lugares a capoeira - sempre de produção estável - à mata virgem.

Feijão e mandioca, sempre, e milho às vezes, fracassavam nas terras de primeiro plantio: como eram básicos nas dietas, as capoeiras ou terras velhas eram indispensáveis para um abastecimento alimentar equilibrado dos moradores da mata. A sucessão mais ou menos consensual, usada por lavradores do Mucuri, era abrir a mata com milho ou arroz e abóbora que "amansam" a força da terra - resistem melhor às cinzas das queimadas de madeira grossa e ao humus -; sucedê-los bem depois com feijão e milho, por dois ou três anos no período pleno; culminar com a mandioca ou a cana, de acordo com a serventia da terra, porque aí já são cultivos de terminação. Depois do mandiocal vem o "descanso", e o canavial dura vários anos com produtividade constante e tratos mínimos, por ser lavoura quase permanente.

Foi por essa razão que as terras de capoeira começaram a ser negociadas muito antes das matas: revoltavam o Coronel Guido Marlière, responsável pela política de terras do Nordeste de Minas Gerais nos anos 1820, aquelas vendas ilegais; revoltam-se os velhos posseiros do Mucuri dos anos 1930 e 40, feitos sem-terra em 1990, lembrar terem trocado seus muitos alqueires de terra por uma carga de cachaça, uma espingarda pica-pau e dez mil-réis. Teófilo Benedito Ottoni, que foi empresário no Mucuri, dizia que alguns "línguas" - intérpretes - colocavam índios para abrir matas para eles e depois negociavam as capoeiras; frei Samuel Tetteroo, primeiro franciscano a pregar no baixo Jequitinhonha - cita muitos casos de vendas de capoeiras ou aberturas; Manuel, posseiro velho estudado pelo pesquisador da USP Carlos Castaldi, perdera suas poses sempre depois de aberta a mata: capoeira era a mata depois do trabalho dos homens, já podia ser plantada sem sustos (Tetteroo, 1922; Castaldi, 1957; Marlière,

1905; Ottoni, 1858).

Assim, através da lógica da roça dá para entender de outro modo a relação entre a posse, que ia na frente abrindo mata e amansando terras, e a fazenda que vinha atrás incorporando-as; passamos, sem escalas, da questão produtiva para a fundiária, da roça de mata para a agregação de lavradores, porque no Mucuri e baixo Jequitinhonha uma não se entende sem a outra.

Foi por meio das roças de mata que as fazendas incorporaram a terra e o lavrador sem terras - migrante, sobrance, índio - como agregado. Fazenda da mata subjuguava aquele filho excedente dos camponeses do alto Jequitinhonha, que migravam do sítio para a prisão do agrego.

As lavouras de mata impunham ao lavrador dois movimentos: um curto, de meia légua em torno de sua morada, para fazer roças, caçar, pescar e extrair. Esses lavradores viviam em grandes grupos de vizinhança - parental, tribal, conterrânea, etc - num córrego, em grupos de 5 famílias ou pouco mais, explorando cada uma em torno de 20 hectares entre plantio e pousio, mais área equivalente de extração. Cada família explorava um total aproximado de 40 hectares, e o conjunto algo próximo de 200 hectares (Tetteroo, 1922, Ribeiro, 1996).

A área de mata explorada começava a minguar ao fim de algum tempo - que pode ser calculado pelos depoimentos de pioneiros em torno de 30 anos - e a lavoura então impunha um segundo movimento: longo, em busca de outra grota ou córrego, onde tudo pudesse ser recomeçado. Isso tanto poderia ser naquela vizinhança quanto mais além; mas, em geral, parece que ficava próximo ao máximo de 7 léguas, ou um dia de caminhada, o suficiente para não desfazer os laços antigos, para não desambientalizar-se muito.

Justo por isto os lavradores posseiros da mata, ou agregados de fazendas, faziam suas casas de barro, capim, embirra e madeira branca; elas podiam ser usadas por uns tantos anos; depois de abandonadas desfaziavam-se em dois e desapareciam completamente em cinco anos. Quando a família saía da terra, fosse pioneira ou agregada, tinha pouco mais que nada para levar: o isqueiro, a escadinha de filhos, a espin-

garda pica-pau e o cachorro *Brinquinho*. E saindo procurava outra grota, nova terra, que poderia ser agrego na mesma ou noutra fazenda, ou posse. Mas deixava atrás de si uma terra "mansa", uma capoeira vendida ou apropriada pela fazenda que estava, já, no seu rastro (Lobato, 1986; Tetteroo, 1922; Ribeiro, 1996).

Os ocupantes pioneiros, aqueles que migraram para a mata, acreditavam que a fertilidade era ilimitada; por isso não havia qualquer problema em pedir ou conceder terrenos de agrego dentro da posse ou fazenda. O agrego, nessas condições, em vez de representar consumo de um bem limitado, representava uma efetivação de domínio, pela subordinação que supunha implícita. Por isso a fazenda recebia o lavrador e sua roça numa grota esconsa e se esquecia dele: esta é expressão comum usada por antigos fazendeiros e agregados, "esquecer". Como a lavoura e o agregado possuíam um ritmo - dado por extração, mantimento, lazer farto, roça nova - e a fazenda outro - negócios, serviços, extração farta, algum gado, mantimento - seus contatos eram realmente poucos, e tinham que ser assim poucos, não conflitavam.

O domínio mais alongado da terra que a fazenda mantinha, garantia ao agregado extensos limites para fazer e dar pousio à sua roça, sem qualquer dificuldade para si ou o fazendeiro. Completa tudo isso o fato que a roça de mata ou capoeira forte gastava mínimo trabalho, fornecia amplos excedentes alimentares e abundante tempo de não-trabalho: nesse tempo a fazenda recrutava seus serviços a preço vil ou simbólico, que era quase sempre uma oferta a ser considerada por quem estava desocupado mesmo e creditava aquele lazer ao fazendeiro, que organizava assim seus serviços. Agregação encaixou-se como uma luva na mão da fazenda da mata.

NATUREZA, ABUNDÂNCIA, PROVIDÊNCIA

A mata do Nordeste de Minas foi um mundo de abundância; mas abundâncias diferentes e localizadas. Era fartura localizada: apenas produção de mantimentos, somente uma dieta rica e variada. De ou-

tros pontos de vista era uma sociedade de relativa escassez. Os bens materiais disponíveis numa habitação, mesmo de fazendeiros, eram sempre muito modestos; os equipamentos de trabalho eram construídos na sua maioria por artesãos locais; roupa, então, sempre foi escassa em toda esta zona, até bem avançado o século XX. Existem nas anotações de fazendas referências ao costume de ceder uma muda de roupa a um empregado da casa de sede; os poucos retratos de agregados ou vaqueiros em serviço mostram pessoas cobertas de molambos, usando roupas que haviam passado por uma série de remendos até perderem a característica original que possuíam.

Abundância também não se transformava em dinheiro: como todas as pessoas produziam os mesmos bens e em grande quantidade, não havia, ou raramente aparecia interessado naqueles excedentes. São às centenas as histórias do lavrador que fez viagem com o produto do seu trabalho e não conseguiu vender nada, teve que voltar com ele, ou entregá-lo na bacia das almas.

A mata, principalmente, até meados do século XX foi uma sociedade de abundância, pouco trabalho, raro negócio e muito lazer. A lavoura de sustento nunca chegava a ocupar mais que 20 % do total dos dias de um ano e resultava em excedentes de tal importância que uma família podia passar dois e até três anos vivendo dos frutos de uma única roça. Supondo um hectare de lavoura por família de cinco membros, somente a roça de milho e feijão - sem contar hortas, extração, animais de quintal, partilhas comunitárias ou parentais, caça, pesca, abóboras, mandioca e carurus, que eram inevitáveis e fundamentais - fornecia entre 2.000 a 4.500 quilos de alimentos por ano, mais a colheita de feijão da seca. Numa família com 2,5 trabalhadores produtivos, ficava entre 33 como máximo e 20 como mínimo o número de dias regularmente trabalhados por cada trabalhador, para produzir todo esse alimento. Considerando um consumo de 200 quilos de cereal/pessoa/ano, a lavoura de mata, em baixa produção, garantia no mínimo o dobro deste necessário. E, excetuando feijão da seca, os lavradores não se ocupavam de roças muito mais que um mês por ano (Ribeiro, 1996).

A rotina da lavoura explica a organização do trabalho e da subordinação nessa sociedade. Foi por meio dela que as fazendas puderam dispôr de tanto trabalho sobrando de agregados, e podia pagá-lo com pouco mais que nada, porque o custo de reprodução da força de trabalho não era coberto pelo salário, mas pela lavoura.

Já o alto Jequitinhonha, na vizinha zona de cerrados, a história sempre foi outra: uma memória de recursos escassos, de uso regulado, de partilhas impossíveis e saída permanente de lavradores. No entanto, a escassez e a mobilidade, na medida que impuseram normas de uso do meio, serviram como freio e baliza para perpetuar a reprodução de comunidades camponesas, extremamente estáveis. Ao contrário da corrida para a mata, que criou apenas a frágil e temporária fartura para três ou, no máximo, quatro gerações, a permanência nas grotas e carrascos construiu muito mais que um povoamento: estabilizou uma cultura, que duzentos anos depois permanece regulada pelos mesmos pressupostos sociais e ambientais que a alicerçaram.

* Eduardo M. Ribeiro é economista e historiador, Professor do Depto. de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras/MG.

NOTAS

- 1- Ele faz parte de uma pesquisa desenvolvida para tese de doutorado apresentada ao IFCH/UNICAMP, apoiada pela CAPES e Fundação Ford.
- 2- Devo a descrição das técnicas de lavoura a José Luis Costa Santos, de Araçuaí; Durval Barbosa, do Pavão, no Mucuri; a José do Socorro, da Canabrava em Turmalina; a Jair Alves e seu pai, José Ribeiro, da Comunidade de Mandacaru em Berilo; a José Antônio Andrade da Comunidade de Degredo em Turmalina; a José Raimundo Barroso, da Comunidade de Posses em Minas Novas. Sobre técnicas podem ser consultados também ANTONIL, 1982 e CASTRO, 1912.
- 3- Júlio Paternostro, que conheceu as matas em seus finais, dizia que: "(...) nas matas tropicais há relativa facilidade para a nutrição sem esforço. Bananas, inhames selvagens, mandiocas, plantação antiga dos índios, palmitos nutritivos de várias espécies, são almoço e jantar, sem agricultura" (Paternostro, 1937, p.220). O príncipe alemão Wied contava que quando estava na barra do Mucuri com outros 20 companheiros, mandava quatro índios pescar, caçar e examinar armadilhas. O resultado deste trabalho - que sequer considerava-se trabalho - foi o sustento farto de todo o grupo. Em cinco semanas listou: "Ao todo 181 quadrúpedes e 30 grandes aves comestíveis" (Wied, 1989, p.325).
- 4 - Durval Barbosa, autor da citação grifada, pioneiro na mata do Mucuri nos anos 1930, foi entrevistado em julho de 1994. CASTALDI (1957) também faz referência à impossibilidade de produção: os agricultores reclamavam que "um bichinho" comia as raízes das plantas nessas terras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André João
(1982) *Cultura e Oportunidade do Brasil*. 3ª Ed., Belo Horizonte/Itatiaia, São Paulo/EDUSP.
- BOSERUP, Ester
(1987) *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo, Hucitec/Polis.
- CASTALDI, Carlo
(1957) "A aparição do Demônio no Catulé". In PEREIRA DE QUEIRÓZ, Ml e outros. *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo, Editora Anhembi Ltda.
- CASTRO, Filipe Joaquim da Cunha
(1912) "Expedição ao Rio Doce". Belo Horizonte, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XVII.
- CUNHA, Euclides da
(1967) *Os sertões*. 27ª Ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- FERRI, Mário G.
(1973) *A Vegetação dos Cerrados Brasileiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP.
- MARLIÈRE, Guido Thomás
(1905) "Ofícios". Belo Horizonte, *Revista do Arquivo Público Mineiro* (X).
- MONTEIRO LOBATO, J. B.
(1986) *Urupês*. 32ª Ed., São Paulo, Brasiliense.
- OTTONI, Teófilo B.
(1858) "Notícia sobre os selvagens do Mucuri". Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXI.
- PATERNOSTRO, Júlio
(1937) "Padrão de vida em Minas Gerais, Inquérito sobre o modo de viver dos camponeses, numa área do norte do Estado de Minas Gerais". São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, Volume 39, p. 220.
- PEREIRA, Leopoldo
(1969) *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- RENAULT, Pedro Victor
(1903) "Exploração dos Rios Mucuri e Todos os Santos e seus afluentes feita por ordem do governo da província pelo engenheiro dr. Pedro Victor Renault, colecionada e organizada por Léon Renault". Belo Horizonte, *Revista do Arquivo Público Mineiro* (8-4), jul/dez.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães
(1996) *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem, CEDEFES.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de
(1975) *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/Edusp.
- SPIX, J.B. et MARTIUS, C.F.P. von
(1938) *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- TETTEROO, Frei Samuel, ofm
(1922) *Notas Históricas e Corográficas sobre o Município de Teófilo Otoni*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- TIMMERS, Frei Olavo, ofm
(1969) "O Mucuri e o Nordeste Mineiro no passado e o seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por frei Olavo Timmers". Belo Horizonte, manuscrito.
- WIED, Maximilian, Prinz von
(1989) *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, p. 325.
- WOLF, Eric
(1976) *Sociedades Camponesas*. 2ª Ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores.